

Apresentação

Recebi com alegria o convite para fazer a apresentação deste número especial da *Educação em Revista*. Gostaria, inicialmente, de saudar o Grupo de Estudos e Pesquisas Educação e Relações Étnico-Raciais, da UFMG, onde se reúnem os(as) autores(as) dos trabalhos aqui apresentados, que vem procurando entender um pouco mais a "alma" brasileira, ou seja, os processos plurais que nos aglutinam e diferenciam como povo.

A leitura dos textos mostra que o estudo das relações entre etnias e educação implica uma análise de como a nação brasileira trabalha ou trabalhou os aspectos da diversidade e da inclusão dos diversos povos que a formaram.

Como foi e ainda é feita a educação dos negros e índios? Como a questão das diferenças e das desigualdades a que estão submetidos vem sendo tratada? É importante destacar que ambas as denominações, negros e índios, são generalizações. Quantos povos indígenas estão escondidos sob a denominação "índios"? De quantas nações africanas saíram os negros escravizados que hoje compõem o povo brasileiro?

Unindo e dinamizando esse caldeirão étnico, os processos educativos - ou "civilizatórios"- conduzidos pelo colonialismo português adotavam pedagogias diversas e davam destinos diferentes a esses povos subjugados: o indígena, confinado em espaços apartados, catequizado numa guerra santa permitida, tutelado em seu caminho para a "salvação"; o negro, integrado na cidade dos portugueses como escravo, como subalterno, como mercadoria. A salvação e a vida eterna prometidas passavam, para os primeiros, pela submissão, pela redução, pelo aldeamento; para os últimos, pela escravização e submissão.

Segundo Alencastro¹, teria havido, durante a época colonial no Brasil, três momentos característicos na relação colonizado/colonizador: o primeiro,

¹ Alencastro, Luís Felipe de. *O trato dos viventes. Formação do Brasil no Atlântico Sul sécs. XVI e XVII. S. Paulo: Cia das Letras, 2.000.*

diretamente relacionado ao binômio índio (natural da terra) e negro (escravizado e trazido de fora), de conflito entre os interesses conflitantes do bandeirante empenhado no comércio de índios escravizados e do comerciante/vendedor de negros africanos; o segundo, de interiorização, com a ocupação dos sertões e o ciclo do gado, levando ao extermínio do indígena e, conseqüentemente, ao conflito com os jesuítas, consolidando o uso da mão-de-obra negra e escrava; o terceiro, caracterizado pelo modelo civilizador do Marquês de Pombal, que pretendia integrar o indígena como mão-de-obra suplementar à negra.

Com o advento da Independência e do Estado brasileiro, surge a pergunta: quem é o povo que constitui a nova nação? O reconhecimento da humanidade dos dois pólos subalternos demanda a construção de políticas de inclusão do negro e do índio na civilização do colonizador.

As proposições de José Bonifácio, durante a Constituinte de 1823, permitem-nos localizar o cerne da questão: sendo necessário identificar quem vai fazer parte da nação brasileira, como estender a noção de iguais aos indígenas e aos negros? É dele a frase: "Crê hoje muita parte dos Portugueses que o índio só tem uma figura humana, sem ser capaz de perfectibilidade"². A *perfectibilidade*, segundo Rousseau e Kant, entre outros, seria o poder que o homem tem de transformar suas condições naturais de existência - e isso seria a característica central da humanidade.

José Bonifácio integrava-se a uma corrente de pensamento segundo a qual, para desenvolver essa capacidade de se extrair da natureza, o homem necessita de educação. Assim, cumpre trazer as nações indígenas ao "comércio das nações civilizadas", para que realizem plenamente sua humanidade, tirando-as de sua condição de crianças que não conhecem o convívio humano. Às nações civilizadas competiria educar as nações indígenas, como se a sociedade indígena não existisse e só pudesse realizar-se através do Estado brasileiro. Segundo Bonifácio, cabe ao Estado fornecer, por meio da educação, as possibilidades de os indígenas saírem da natureza bruta e formarem uma sociedade civil.

² Carniero da Cunha, Manuela. *Pensar os índios: apontamentos sobre José Bonifácio*. In: Antropologia do Brasil - mito, história, etnicidade. S.Paulo, EDUSP/Brasiliense. 1986.

No processo de abolição da escravatura, outros ideólogos entram em cena. Rui Barbosa, no final do século XIX, ao concluir o seu parecer sobre o Ensino Primário, afirmou: "Emancipar e instruir é a forma dupla do mesmo pensamento político. Que haveis de oferecer a estes entes degradados que vão surgir da senzala para a liberdade? O batismo da instrução."

Paralelamente, discute e implanta a exigência do saber ler e escrever como critério para a inclusão na cidadania, ativa, estabelecendo, na prática, uma separação entre cidadania e capacidade eleitoral, entre liberdade (fundada na igualdade legal) e igualdade civil. Toma como elemento central da sua política a afirmação de que a capacidade de discernimento, necessária para o exercício do voto, não pode ser indiscriminadamente atribuída a todos: o critério para aferi-la era a leitura. Com isso, tanto no projeto da reforma eleitoral de 1882 como na Constituição da República, em 1891, são excluídos da cidadania ativa os analfabetos. Majoritariamente, os negros, ex-escravos.

A extinção da escravidão, por sua vez, fez aflorarem as teorias do racismo científico, que pretendiam justificar a desigualdade e a opressão³. Essas idéias, vinculadas ao evolucionismo social, perduraram pelo menos até a derrota do nazismo na Segunda Guerra Mundial. Vieram acompanhadas, no campo educacional, das discussões sobre higienismo e eugenia, raças inferiores e superiores e sobre o aperfeiçoamento das raças.

Os trabalhos reunidos neste número foram elaborados por professores e alunos de graduação e pós-graduação. Todos eles trabalharam as relações entre etnia e educação.

Carlos H. Gerken e Maria Cristina S. de Gouvêa estudam a presença, nas ciências humanas, do evolucionismo como modo de tratar as relações entre branco e índios, nas quais se estabelece um paralelo entre a criança e o primitivo, necessitando ambos de tutela e educação. Ana Maria R. Gomes faz uma análise da experiência de professores indígenas Xakriabá, dentro do programa de Implantação de Escolas Indígenas da Secretaria de Educação de Minas Gerais, em parceria com a UFMG, o IEF e a Funai. Já o texto de Marilene da Silva analisa a política do Império com relação aos indígenas, por meio de documentos, relatórios, jornais e da própria legislação.

³ *Carneiro da Cunha, Manuela. Pensar os índios: apontamentos sobre José Bonifácio. In: Antropologia do Brasil - mito, história, etnicidade. S. Paulo, EDUSP/ Brasiliense. 1986.*

Marcus Vinícius Fonseca, em outro trabalho, descreve as preocupações, dentro do movimento abolicionista, após a Lei do Ventre Livre, com o destino dos meninos livres nascidos de escravas. Num primeiro momento, a preocupação que se impõe é a da sobrevivência - então educar seria criar. Depois, educar significava a imposição de as escravas entregarem seus filhos, aos oito anos, ao Estado, para que este se responsabilizasse pela sua sobrevivência e educação. O autor destaca que tal política foi um fracasso e aos meninos filhos de escravas restou apenas aprender a trabalhar, e ainda assim, no mesmo regime que os demais escravos. Quando chegou a Lei Áurea, todos eles ainda se encontravam em trabalho semi-escravo.

O trabalho da professora Cynthia Greive aborda os ecos do eugenismo na República Velha, mais especificamente até a década de 30. O seu artigo apresenta pesquisa realizada por uma aluna da Escola de Aperfeiçoamento, intitulada *Contribuição à antropologia da moça mineira*, cujo objetivo era conhecer o biótipo das professoras primárias mineiras. Na análise dos dados contidos nessa pesquisa, verificou-se um esforço em se estabelecerem regras de branqueamento, confirmando a idéia do mestiçamento positivo, tal qual disseminado na época.

Ainda dentro do tema da discriminação e do preconceito que persegue os negros no Brasil desde sempre, os textos de Nilma L. Gomes, Gláucia R. dos Santos e Patrícia M. Santana tratam dos reflexos dos problemas raciais sobre os professores. Esses trabalhos falam das representações sobre a professora primária em Minas Gerais e a presença de professores negros. Chamam a atenção para a necessidade de se incluir a construção da identidade negra na prática pedagógica, assim como para a importância de se abordar a diversidade cultural e a convivência entre diferentes. Revelam também a presença de práticas discriminatórias nas escolas.

O texto de Carmem A. Silva denuncia um dos aspectos mais cruéis do problema das relações raciais: o tratamento dado a meninos e adolescentes infratores reclusos no Centro de Internação Provisória de Belo Horizonte. Mostra por meio da análise de depoimentos dos internos, como ter um corpo negro significa receber mais castigos e como, na construção do estereótipo da periculosidade, articulado à pretensa identidade pobreza-criminalidade, a cor da pele passa a ser um atestado de (des)honestidade.

Na temática indígena, o texto de Carla N. da Silva revela as formas como se desenvolveram, historicamente, as relações com os indígenas na ocupação do noroeste de Minas Gerais no século XIX, nas quais o confronto foi utilizado como forma recorrente de dominação. Por outro lado, havia também a necessidade de “civilizar” o índio, de “melhorá-lo”, tornando-o um “nacional civilizado”, e nesse contexto, as missões religiosas desenvolveram papel primordial.

Os textos produzidos pelo Grupo de Estudo e Pesquisas Educação e Relações Étnico-Raciais vêm reforçar a importância de se discutir o equilíbrio necessário entre a luta pela igualdade e a afirmação da diversidade. Considerando-se que Minas Gerais tinha, em 1872, o maior contingente de escravos do país e que, hoje, cerca de 50% da população mineira é negra, os estudos sobre esta população, sobre o racismo e a discriminação têm certamente um enorme espaço. Da mesma forma, a luta pela condenação da desigualdade, da injustiça, é um convite para que pensemos pedagogias alternativas capazes de afirmar identidades, de reconstruir a solidariedade e de garantir a inclusão.

Veremos, nos trabalhos aqui reunidos, como a educação pode vir a ser elemento de opressão. E isso nós não queremos mais: queremos que a educação nos inclua como iguais, mas respeite nosso direito a diferença.

Para encerrar, quero dizer que entendemos, como Rousseau, que a igualdade, assim como a solidariedade, está no coração de todos os homens. Cabe a eles e à sociedade impedir que alguns construam cercas e se autodenominem senhores - de terra e de gente.

Professora Jaci Maria Ferraz de Menezes

Universidade Estadual da Bahia